

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.107 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2000

PLENÁRIO EXAMINARÁ AUTORIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

Durante a semana, o Senado votará pedidos do governo para contrair empréstimos nos valores de US\$ 97,8 milhões e US\$ 505 milhões. São recursos que se destinariam à compra de helicópteros e à Previdência.

PÁGINA 3

COMISSÃO IRÁ DEBATER COM MINISTRO CORTES NO ORÇAMENTO

Martus Tavares, ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, estará quarta-feira na Comissão Mista de Orçamento. Durante audiência pública, ele falará sobre os cortes no Orçamento da União promovidos pelo Executivo.

PÁGINA 5

Senadores discutem criação da Agência Nacional de Águas

Já aprovado pela Câmara dos Deputados, o projeto de lei do Executivo que cria o novo órgão será examinado na próxima quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado



A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprecia na quarta-feira projeto, enviado pelo presidente da República, que cria a Agência Nacional de Águas. Já aprovada pela Câmara dos Deputados, a proposta confere à agência a responsabilidade de cuidar da política nacional de recursos hídricos e de coordenar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Na mesma reunião, os integrantes da CAS devem examinar dois projetos que tratam da rotulagem de produtos transgênicos e um terceiro, que regulamenta a profissão de radialista.

PÁGINA 5

O TAMANHO DE CADA UMA

Empresa	Número de aeronaves	Passageiros transportados	Número de funcionários
TRANSBRASIL	24	4.839.000	4.201
TAM	43	3.338.000	2.571
VASP	44	4.555.000	8.177
VARIG	87	9.938.000	17.812

Fonte: Dados do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (1997)

CAE e CI FAZEM AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ANALISAR CRISE NA AVIAÇÃO CIVIL

Serão ouvidos amanhã, em reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) marcada para as 10h, autoridades federais e presidentes de empresas aéreas.

PÁGINA 4

A situação das empresas de aviação brasileiras e seus compromissos financeiros junto à União são alguns dos assuntos que serão tratados na audiência pública

CPI do Roubo de Cargas ouve empresários

A CPI que apura o roubo de cargas ouve amanhã, em audiência pública, os presidentes dos sindicatos das empresas de transporte de cargas do Rio de Janeiro, Ceará, Blumenau e Foz de Iguaçu.

PÁGINA 3



SEGUNDA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2000

AGENDA

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 55/2000, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 97,8 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banque Nationale de Paris (BNP), destinada ao financiamento da importação de oito helicópteros Cougar e serviços a serem fornecidos pela Eurocopter S.A.; PR nº 56/2000, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor equivalente a até US\$ 505 milhões, na modalidade de ajuste setorial da Previdência Social/Segunda Fase, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil; PLC nº 64/99, que dispõe sobre a produção de cloro; PDL nº 78/97, que aprova o ato que renova a concessão deferida à TV Studios Sílvio Santos atualmente denominada TVSBT – Canal 11 do Rio de Janeiro, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade do Rio de Janeiro (RJ); PDL nº 203/99, que aprova o ato que renova a permissão do Sistema Clube de Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto (SP); PDL nº 33/2000, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maira para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Candeias do Jamarí (RO); PDL nº 79/2000, que aprova o ato que autoriza o governo do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Feijó (AC); e Requerimento nº 277/2000, do senador Luiz Pontes, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 81/2000, de sua autoria.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Votação, em primeiro turno, da PEC nº 24/99, que dá nova redação à alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição federal (nacionalidade brasileira); PDL nº 198/99, que aprova o ato que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Difusora Vale do Rio Uma, para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Bento da Uma (PE); parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 72/2000, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Arthur Vivacqua Corrêa Meyer, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Guiné-Bissau; parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 86/2000, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Benedini, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Costa Rica; PDL nº 56/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Transrio de Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro (RJ); PDL nº 204/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Luz para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araçatuba (SP); PDL nº 41/2000, que aprova o texto da Convenção sobre a Segurança do Pessoal das Nações Unidas e Pessoal Associado; e Requerimento nº 278/2000, do senador Arlindo Porto, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 117 e 132, de 2000, com o PLC nº 22/97, por regularem a mesma matéria.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 63/94, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Panati, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos (PB); e PDL nº 208/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Independência de Ribeirão Preto para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto (SP).

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h – Sessão conjunta das comissões de Infra-Estrutura e Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Carlos Baptista; do presidente da Infraero, Fernando Perrone; do diretor do DAC, Venâncio Grossi; do presidente da Vasp, Wagner Canhedo; do presidente da Varig, Ozires Silva; e do presidente da TAM, Amaro Rolim, acerca da atual situação das empresas aéreas, seus compromissos financeiros perante os organismos da União e sobre possíveis acordos de fusão entre essas empresas ou entre empresas aéreas internacionais. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

11h30 – Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 354/99, que institui o Dia Nacional de Luta Contra Queimaduras; PLS nº 131/2000, que denomina Rodovia Sylvio Loffêgo Botelho trecho da BR 401 (RR); PLS nº 109/2000, que denomina Rodovia Governador Aquilino Mota Duarte trecho da Rodovia BR-210; PLS nº 110/2000, que denomina Rodovia Governador Ene Garcez, a Rodovia BR-401; PLC nº 52/99, que institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o ao atleta profissional; PLC nº 15/2000, que institui o dia 8 de julho como o Dia Nacional da Ciência; e PDLs que aprovam atos de outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para serviço de radiodifusão de sons e imagens. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

15h – CPI de Roubo de Cargas

Pauta: Depoimento dos presidentes do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Rio de Janeiro, Eduardo Ferreira Rebuzzi; da Federação dos Transportadores de Cargas de Santa Catarina, Augusto Dalçoquio Neto; do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Blumenau, Osmar Ricardo Labes; e do Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas de Foz do Iguaçu. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

17h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLC nº 37/99, altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313/91, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac); tramitando em conjunto com o PLS nº 36/99, altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313/91; PLC nº 11/2000, que dispõe sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União; PRS nº 8/2000, que autoriza os municípios a contratarem operações de crédito com a Caixa Econômica Federal, destinada à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal; PRS nº 18/2000, que autoriza os municípios a contratarem operação de crédito com a Caixa Econômica Federal destinadas a implantação do programa de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal; PRS nº 45/99, modifica a Resolução nº 22/89, que estabelece alíquotas do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, nas operações e prestações interestaduais; PLS nº 273/99, dá nova redação aos incisos XIV e XXI, do artigo 6º da Lei nº 7.713/88; PLS nº 564/99, altera legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados em relação aos cigarros destinados à exportação; PLS nº 173/99, acrescenta o inciso V ao art. 94 da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre política agrícola; Mensagem nº 114/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito, no valor de 484,85 mil euros, de principal, entre o Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinada ao financiamento de 15% de contrato comercial de importação de bens de serviços a serem fornecidos pela empresa alemã Leica Microsystems Nussloch GmbH, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; e Mensagem nº 108/2000, que solicita ao Senado autorização para contratar operação de crédito externo, no valor de 2,7 milhões de euros, de principal, entre o Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinada ao financiamento de 85% do valor de contrato comercial para importação de bens e serviços, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 98/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Paulo Américo Veiga Wolowski, para exercer a função de embaixador do Brasil em Gana, e, cumulativamente, em Togoleza e Burkina Faso; PDL nº 42/2000, que aprova o texto final em substituição àquele encaminhado pela Mensagem nº 1.259/96, da Convenção Interamericana contra a Corrupção, com reserva para o art. XI, “c”; e Requerimento nº 120/2000, do senador Mauro Miranda, solicitando seja apresentada pelo Senado, manifestação de apoio, junto à Unesco, ao pleito da cidade de Goiás (GO), para tornar-se patrimônio da humanidade. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 5*

Após a Ordem do Dia – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLC nº 19/2000, que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22; PLC nº 20/2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras; e PLC nº 03/2000, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de Coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

Após Ordem do Dia – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e qualificar-los; PLS nº 27/96, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier); e os requerimentos nº 6/2000, do senador Pedro Simon e do senadora Emilia Fernandes, solicitando a convocação do ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto; do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, e do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, David Zylbersztajn, para prestarem informações e esclarecimentos sobre o processo de licitação para concessão de 23 áreas de blocos petrolíferos; nº 7/2000, do senador Emilia Fernandes, solicitando a convocação do ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto; do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, e do presidente da Agência Nacional do Petróleo, David Zylbersztajn, para prestarem informações e esclarecimentos sobre acordos internacionais envolvendo a troca de ativos da Petrobras; nº 11/2000, do senador Jader Barbalho, solicitando a convocação do ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto e do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, para prestarem informações sobre a transferência de sede da Petrobras da cidade de Belém para Manaus, com graves consequências econômicas para o estado do Pará; nº 12/2000, do senador Geraldo Cândido, solicitando audiência pública com o ministro de Ciência e Tecnologia, Ronaldo Mota Sardenberg; o procurador da República do Maranhão, Nicolau Costa Neto; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara, Samuel Moraes; o advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara, Domingos Francisco Dutra Filho, e o antropólogo da Universidade Federal do Maranhão, Alfredo Wagner Berno de Almeida, visando discutir a Política Espacial Brasileira, notadamente o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e os problemas sociais existentes na região; e nº 13/2000, da senadora Emilia Fernandes, solicitando audiência pública com os ministros dos Transportes, Eliseu Padilha, e da Defesa, Geraldo Quintão; com o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeronáuticas, brigadeiro Mauro Gandra, e com o presidente da Associação dos Pilotos da Varig, Gelson Dagmar Fochesato, a fim de prestarem esclarecimentos sobre possíveis mudanças na política para a aviação civil. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13*

18h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Análise do relatório de acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), relativo ao exercício de 1998 e à execução acumulada no período 1996 a 1998, submetido ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 344/99-CN; requerimento do deputado João Coser; requerimento do deputado

Virgílio Guimarães; relatório às emendas apresentadas ao PDL, que aprova as contas do governo federal de 1997. *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

Quarta-feira

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 3/2000, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas (ANA), entidade federal de implementação da política nacional de recursos hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; Requerimento nº 260/2000, da senadora Marina Silva, para sobrestar o estudo do PLS nº 166/99, com objetivo de aguardar o pronunciamento da Câmara dos Deputados sobre o PL nº 2.057/91, que dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas; PLS nº 188/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 8.974/95, estabelecendo a obrigatoriedade da rotulagem de produtos contendo organismo geneticamente modificado ou deles derivados e nº 422/99, que determina a exibição da expressão que menciona nos produtos transgênicos; PLS nº 75/2000, altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; PLS nº 643/99, modifica a Lei nº 6.615/78, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de radialista; PLC nº 12/2000, que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família; e PLC nº 1/99, regulamenta o parágrafo 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados e estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 11*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 63/99 (tramita em conjunto com os PLSs nºs 97, 159, 453, de 1999 e PLS 55/2000), que dispõe sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas; PLS nº 292/99 (tramita em conjunto com os PLSs nºs 386/99 e 614/99), que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de armas de fogo; PEC nº 87/99, que altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo 8º do art. 144 – constituição de guardas municipais); emendas de plenário nºs 1 e 2 à PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; Requerimento nº 402/96, do senador Pedro Simon, solicitando a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito, integrada por 15 senadores, destinada a apurar as denúncias sobre agentes corruptores, feitas durante a CPI de PC Farias e a CPI do Orçamento; PLC nº 102/96, que amplia a legitimação para causas perante os juizados especiais cíveis; PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; PLS nº 27/99, que altera os arts. 338, 340 da Lei nº 3.071/1916 (Código Civil), referentes a investigações de paternidade; PLS nº 140/99, que altera a redação do parágrafo 9º art. 789 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, para estender aos presidentes das juntas de conciliação e julgamento e aos juizes de direito a faculdade de conceder o benefício da justiça gratuita, nas hipóteses que especifica; PLS nº 248/99, que altera a Lei nº 8.112/90, para regulamentar a nomeação de ocupantes de cargo em comissão; PLS nº 617/99, que altera o caput do art. 2º do Decreto-Lei nº 9.760/46, atualizando o conceito de terrenos da Marinha; PLS nº 625/99, que revoga o art. 20 do Decreto-Lei nº 115/67 (dispõe sobre taxas judiciárias); PEC nº 23/99, que acrescenta parágrafo ao art. 109 da Constituição federal, para atribuir ao Superior Tribunal de Justiça Federal a iniciativa de lei sobre a criação de varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar os crimes financeiros; Ofício “S” nº 28/2000, que encaminha ao Senado solicitação do governo de Santa Catarina para cancelar o registro na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, de 170 mil Letras Financeiras do Tesouro de Santa Catarina (LFTESC), de prosperidade do Fundo de Liquidez da Dívida Pública daquele estado, emitidas para pagamentos de precatórios judiciais, cujo valor, em 29/02/2000, correspondia a R\$ 402,8 milhões. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

15h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Audiência pública com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para explicar o contingenciamento, previsto para este ano, de R\$ 7 bilhões no Orçamento. O ministro também deverá fazer uma explanação o respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já que a proposta foi mudada em face do Plano Plurianual (PPA), obedecendo à nova metodologia do Orçamento da União. *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

Quinta-feira

10h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Análise do relatório de acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), relativo ao exercício de 1998 e à execução acumulada no período 1996 a 1998, submetido ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 344/99-CN; requerimento do deputado João Coser; requerimento do deputado Virgílio Guimarães; relatório às emendas apresentadas ao PDL, que aprova as contas do governo federal de 1997. *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h – Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Anna e o Rei*, de Andy Tennant. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário aprecia empréstimos nesta semana

Senadores devem analisar, também, projeto de lei com novas regras para a produção de cloro e emenda constitucional de Lúcio Alcântara que redefine as condições que caracterizam a nacionalidade brasileira

Autorizações para o governo brasileiro contrair empréstimos de US\$ 97,8 milhões junto ao Banque Nationale de Paris e de US\$ 505 milhões junto ao Banco Mundial (Bird) marcam as votações do Senado na semana que se inicia. A primeira cifra se destina ao financiamento da importação de oito helicópteros Cougar. Os US\$ 505 milhões, apesar de contratados para o ajuste setorial da Previdência, serão utilizados para abater parte da dívida externa e manter o nível das reservas internacionais. Os dois projetos de resolução estão na pauta de amanhã do Plenário.

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde as mensagens presidenciais concernentes a esse endividamento foram aprovadas, senadores do Bloco Oposição criticaram o pedido de autorização. Na ocasião, o senador Lauro Campos (PT-DF) condenou qualquer tipo de empréstimo externo, assim como a falta de concorrência para a aquisição de aeronaves. Relator dessa matéria, o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) disse que as condições financeiras do empréstimo estão plenamente compatíveis com o mercado internacional.

Amanhã, o Senado delibera sobre projeto de lei da Câmara que disciplina a produção de cloro em todo o país. Elemento químico gasoso utilizado no tratamento de água e em várias indústrias, o cloro é largamente utilizado na saúde pública, na desinfecção dos sistemas de água potável, na lavoura e na fabricação de medicamentos. E precisa de uma legislação a nível federal para disciplinar sua produção.

O projeto mantém as tecnologias atualmente em uso no país para a produção de cloro pelo processo de eletrólise, desde que atendidas algumas exigências, entre elas o cumprimento da legislação de segurança, a análise de riscos, a adoção de plano de proteção à comunidade em situações de emergência, assim como de plano de proteção ambiental. As infrações à nova lei implicarão advertência, multa, suspensão temporária da atividade industrial e até a suspensão definitiva da atividade industrial.

O Senado também decide se renova a concessão deferida à TV



Althoff: condições de empréstimo para compra de helicópteros estão compatíveis com o mercado

Studios Sílvia Santos, canal 11, do Rio de Janeiro. Relator da matéria na Comissão de Educação, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) fez restrições à programação dessa emissora, à redução do noticiário aos 5% obrigados por lei, à inexistência de uma programação infantil de caráter formativo e ao apelo fácil à ideologia do dinheiro. Mas, levando em conta compromisso assumido pelo SBT de melhorar a programação, manifestou-se favorável a que o Senado renove a concessão dessa emissora.

Também nesta semana o Senado delibera, em primeiro turno, sobre proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que redefine as condições que caracterizam a nacionalidade brasileira. A iniciativa visa a corrigir interpretação dada ao nascimento de filhos de brasileiros no exterior, visto que os consulados têm entendido que o registro dessas crianças deve ser feito em cartório localizado no Brasil.

Depois de discutida em Plenário, a matéria voltou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame de emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Ele propôs que os filhos de brasileiros nascidos no estrangeiro, entre 7 de junho de 1994 e a data da promulgação da emenda, poderão ser registrados em repatrição diplomática ou consular competente, ou em ofício de registro, se vierem a residir no Brasil. O propósito de Dutra é oferecer uma solução para a inviabilidade de reconhecimento dos nascidos a partir de 1994.

CPI ouve amanhã representantes de transportadoras sobre roubo de cargas

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que está apurando o crescimento do roubo de cargas no país ouvirá amanhã, a partir das 15 horas, os depoimentos dos presidentes dos sindicatos das empresas de transportes de cargas do Rio de Janeiro, Eduardo Ferreira Rebuzzi; do Ceará, Clóvis Nogueira Bezerra; de Blumenau (SC), Osmar Ricardo Labes; e de Foz do Iguaçu (PR), Saulo Ivo Lamb.

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a CPI, além de apurar o roubo de cargas no país, tem como objetivo criar mecanismos capazes de coibir a atuação de quadrilhas especializadas. De acordo com dados fornecidos pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) e pela Associação Nacional de Transportes de Cargas, incluídos no requerimento de criação da comissão, no ano passado foram registradas 4.200 ocorrências, resultando em um prejuízo de R\$ 315 milhões.

Na reunião de instalação da CPI Mista, o relator, deputado Oscar Andrade (PFL-RO), informou que a preferência dos assaltantes é pelas mercadorias

que podem ser revendidas com maior facilidade, como alimentos (23% das ocorrências), cigarros (16%), confecções (13%), equipamentos eletroeletrônicos (9%) e medicamentos (6%). Já Tuma salientou que o roubo de cargas é feito sob encomenda e a entrega quase sempre se dá imediatamente após a sua concretização, dificultando a atuação da polícia.

NOMES

Na última reunião da CPI Mista, terça-feira passada, em depoimentos sigilosos, empresários e representantes de transportadoras informaram nomes de pessoas supostamente envolvidas com o roubo e desmanche de caminhões. Também foi aprovada a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de 26 pessoas e empresas. A lista foi elaborada a partir dos trabalhos das CPIs do Narcotráfico e dos Medicamentos, da Câmara dos Deputados.

Já prestaram depoimento à

OS FAVORITOS

Os tipos de carga mais roubados, segundo as ocorrências policiais registradas

Alimentos (23%)

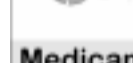


Cigarros (16%)

Confecções (13%)



Eletroeletrônicos (9%)



Medicamentos (6%)



Fonte: CPI Mista do Roubo de Cargas

CPI Romeu Natal Panzan, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de São Paulo (Setcesp); Arterir Werner, diretor-superintendente da Transportadora Dalçoquio; Roberto Mira, diretor da Coordenação Nacional para o Combate ao Roubo de Cargas; e o coronel Paulo Roberto de Souza, assessor de segurança da Setcesp.



A Comissão de Relações Exteriores deve apreciar também o texto da Convenção Interamericana contra a Corrupção

CRE ANALISA INDICAÇÃO DE EMBAIXADOR DO BRASIL EM GANA

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se amanhã, às 17h30, para apreciar, entre outros itens, a indicação do ministro de segunda classe Paulo Américo Veiga Wolowski para embaixador do Brasil em Gana e, cumulativamente, na República Togolesa e Burkina Faso.

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo se-

nador José Sarney (PMDB-AP), deve votar o texto final da Convenção Interamericana contra a Corrupção, concluída em Caracas, Venezuela. Será votado ainda requerimento do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) por manifestação de apoio, junto à Unesco, pela declaração da cidade de Goiás, no estado de Goiás, como patrimônio da humanidade.

Audiência pública debate problemas da aviação civil

Por requerimento de Eduardo Suplicy, comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura reúnem presidentes de companhias aéreas e autoridades do governo federal para análise da situação das empresas e possíveis fusões

As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) ouvem amanhã, a partir das 10h, os presidentes da Varig, Ozires Silva; da TAM, Rolim Amaro; e da Vasp, Wagner Canhedo. Eles falarão sobre a atual situação das empresas aéreas, seus compromissos financeiros perante organismos da União e sobre possíveis acordos de fusão entre as companhias nacionais ou entre nacionais e internacionais.

Além de Ozires, Rolim e Canhedo, também serão ouvidos o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Carlos Baptista; o presidente da Infraero, Venâncio Grossi; e o diretor do Departamento de Aviação Civil (DAC), Fernando Perrone. A audiência foi convocada em decorrência da aprovação de re-



CAE deve apreciar amanhã à tarde projeto que impede a venda no Brasil de cigarros destinados à exportação

querimento apresentado à CAE pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O parlamentar justificou seu pedido como forma de esclarecer as frequentes notícias sobre fusão de empresas aéreas e a situação finance-

ra dessas companhias.

PROJETOS

Na parte da tarde, a partir das 17h, a CAE examina uma série de projetos. Entre eles, o de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR)

que muda a legislação relativa ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para impedir que cigarros destinados à exportação voltem ao território nacional, causando perda de arrecadação.

Estão ainda na pauta da CAE projeto de lei da Câmara instituindo o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), que tramita em conjunto com o projeto de lei de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) tratando do financiamento a projetos culturais; e projeto de lei da Câmara dispoendo sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob controle da União.

A comissão deverá apreciar também projeto de resolução do Senado, apresentado pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), autorizan-

do os municípios a contratar operações de crédito com a Caixa Econômica Federal, destinadas a financiar a modernização da máquina administrativa, que tramita em conjunto com projeto de autoria do senador José Roberto Arruda tratando do mesmo assunto.

A pauta inclui, ainda, projeto de resolução do Senado, de autoria de Roberto Requião, estabelecendo alíquotas do ICMS em operações interestaduais; projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) isentando do Imposto de Renda os vencimentos recebidos por portadores de doenças graves; projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) dispoendo sobre a política agrícola; e duas mensagens do Executivo solicitando autorização para a contratação de operações de crédito externas.



Romeu Tuma dá parecer favorável ao projeto da Câmara que equipara peão de boiadeiro a atleta profissional

Projeto equipara peão de boiadeiro a atleta profissional

Cerca de 12 mil pessoas que atualmente exercem a atividade de peão de boiadeiro poderão ser equiparadas aos atletas profissionais. Isso é o que estabelece projeto do deputado Jair Meneghelli (PT-SP), que será examinado amanhã pela Comissão de Educação. O relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), tem parecer pela aprovação da matéria, que já passou pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A CE também examinará, em caráter terminativo, projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que institui 6 de junho como o Dia Nacional de Luta contra Queimaduras. A proposta inclui também a instituição da Semana Nacional de Prevenção e Combate a Queimaduras. Caberá ao Ministério da Saúde a organização

do evento, para divulgar as medidas preventivas necessárias à redução dos acidentes nessa área.

Também integra a pauta da reunião, que deverá começar às 11h30, projeto do deputado Marcelo Deda instituindo 8 de julho como o Dia Nacional da Ciência. O projeto, que pretende homenagear a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, criada naquela data, tem parecer da relatora, senadora Heloísa Helena (PT-AL), pela aprovação.

A comissão ainda examinará três projetos terminativos do Senado dando nome de autoridades a rodovias e seis projetos de decreto legislativo que tratam de concessões para a exploração de serviços de radiodifusão sonora e de imagem.

CI poderá ouvir ministros sobre abertura de mercado a companhias internacionais

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se amanhã, após a Ordem do Dia, para apreciar, entre outras matérias, requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), para que sejam ouvidos, em audiência pública conjunta com as comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, os ministros dos Transportes, Eliseu Padilha, e da Defesa, Geraldo Quintão. Emilia quer que as autoridades prestem esclarecimentos sobre as possíveis mudanças da política de aviação civil e sobre abertura deste mercado para companhias internacionais.

O requerimento convoca também, para falar sobre o mesmo assunto, os presidentes do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias, brigadeiro Mauro Gandra, e da As-

sociação dos Pilotos da Varig, Gelson Dagmar Fochesato.

Na mesma reunião, a comissão deve examinar requerimentos dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Emilia Fernandes, que convocam o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, e os presidentes da Petrobras, Henri Reichstul, e da Agência Nacional do Petróleo, David Zylbersztajn, para prestarem informações sobre o processo de licitação para a concessão de 23 áreas de blocos petrolíferos; e sobre os acordos internacionais de troca de ativos da Petrobras. Eles também deverão falar sobre a transferência da sede da



Emilia Fernandes pede também audiência sobre acordos da Petrobras

empresa da cidade de Belém para Manaus, com base em requerimento apresentado pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

A CI deve votar também requerimento do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), para ouvir o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, o procurador da República no Maranhão, Nicolau Costa Neto, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara, Samuel Moraes, e o advogado da entidade, Domingos Dutra Filho, sobre a política espacial, em especial as conseqüências das atividades desenvolvidas no Centro de Lançamento de Alcântara (MA).

Calheiros quer compensar passageiro por overbooking

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) anunciou que está apresentando projeto garantindo o ressarcimento em dinheiro aos passageiros que não conseguirem viajar por conta da venda excessiva de passagens áreas.

Conhecida como *overbooking*, a venda de lugares em número superior à capacidade dos aviões é prática comum entre as empresas aéreas. Elas



Renan Calheiros: "É preciso preservar o direito do consumidor"

afirmam que muitos passageiros reservam os lugares e não comparecem para viajar, o que gera prejuízos.

Calheiros argumenta que é preciso preservar o direito do consumidor e ressalta que, somente em 1999, o Departamento de Aviação Civil (DAC) recebeu quase 600 reclamações contra o *overbooking*. "E esse número não revela o real número de prejudicados,

porque só mostra as queixas formais", sustenta.

Além do valor em dinheiro, de acordo com a proposta, os passageiros que não conseguirem embarcar poderão optar, como compensação, por outra passagem, elevação para categoria de voo superior e até por crédito para pagamento de excesso de bagagem.

Como o problema se agrava no período de férias, que se aproxima, Calheiros disse também que irá solicitar apoio dos líderes na Casa para que o projeto seja examinado em regime de urgência urgentíssima.

CAS examina criação da Agência Nacional de Águas

Gerenciamento dos recursos hídricos, política para o setor e fiscalização das condições dos reservatórios utilizados por agentes públicos e privados ficarão a cargo do novo órgão regulador, que terá sede em Brasília

A Comissão de Assuntos Sociais deve examinar na quarta-feira o projeto de lei do Executivo que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), já aprovado pela Câmara dos Deputados. Além dessa proposta, outros sete itens estão na pauta. A criação da Agência Nacional de Águas – a primeira matéria a ser analisada – tem voto favorável do relator, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), e recebeu pedido de vista na última reunião da CAS.

O projeto institui a agência, com sede em Brasília, para cuidar da Política Nacional de Recursos Hídricos e da coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Serão tarefas do órgão, por exemplo, a autorização para o direito de uso de recursos hídricos de domínio da União, bem como a cobrança que se fará por esse uso. A ANA vai ser responsável também pela definição e fiscalização das condi-

ções de operação de reservatórios utilizados por agentes públicos e privados.

Os integrantes da comissão deverão também examinar dois projetos que estabelecem a obrigatoriedade da rotulagem de produtos ou derivados (animais ou vegetais) que contenham organismos geneticamente modificados, os chamados transgênicos. As propostas são de autoria dos senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Romero Jucá (PSDB-RR). O relator, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), apresentou relatório favorável ao primeiro e pela rejeição do segundo, lembrando que vários países europeus já adotaram essa providência.

O projeto de lei que estabelece critérios para controle da captação, processamento, estocagem e distribuição do sangue humano e seus derivados será outro assunto da reunião de quarta-feira. O projeto, da Câmara dos Deputa-



A CAS deverá examinar, também, projetos que estabelecem a obrigatoriedade de rotulagem de produtos transgênicos

dos, que já tinha sido analisado pela CAS, retornou à comissão por requerimento aprovado em Plenário, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O parecer do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), é favorável.

Ainda consta da pauta o projeto de lei que regulamenta a profissão

de radialista, do senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Outra proposta da pauta institui o programa nacional de habitação específico para mulheres com responsabilidades de sustento da família. Os senadores também devem analisar projeto que institui normas reguladoras do trabalho rural.

Ministro explicará cortes no Orçamento

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ouvirá na quarta-feira, às 15 horas, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, que participará de uma audiência pública para prestar esclarecimentos sobre os cortes efetuados no Orçamento da União. Amanhã, às 18 horas, e na quinta-feira, às 10 horas, a comissão se reunirá para analisar o relatório de acompanhamento do Plano Plurianual (PPA).

O comparecimento do ministro foi solicitado pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA) e pelos deputados José Priante (PMDB-PA), Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Geddel Vieira Lima (PMDB-BA). Vários ministérios foram afetados pelos cortes no Orçamento. No dos Transportes, os cortes se aproximaram de R\$ 2,5 bilhões. As despesas do Ministério da Saúde foram reduzidas em quase R\$ 900 milhões.

O corte total no Orçamento foi de aproximadamente R\$ 7,5 bilhões. No Ministério da Educação a redução foi de R\$ 195 milhões e no de Desenvolvimento Agrário, de R\$ 356 milhões. Na Previdência Social a previsão dos gastos caiu de R\$ 2,035 bilhões para R\$ 1,709 bilhão e na Fazenda, de R\$ 1,328 bilhão para R\$ 1,209 bilhão. No Ministério da Integração Nacional o corte foi de R\$ 1,205 bilhão e no da Agricultura, R\$ 420 milhões.

CCJ

Restrição ao uso de armas será apreciada na quarta

O substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) a três projetos de lei que estabelecem restrições ao uso de armas de fogo é uma das 14 matérias incluídas na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quarta-feira, a partir das 10h. Nesse dia encerra-se o prazo do pedido de vista coletiva concedido na terça-feira passada, quando o senador anunciou ter chegado a acordo com o relator da mesma matéria na Comissão de Relações Exteriores (CRE), senador Pedro Piva (PSDB-SP). Pelo acordo, Calheiros excluiu do substitutivo a realização de um referendo popular sobre a nova lei.

A proposta de Renan Calheiros substitui o projeto original, de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES), ao qual foram pensados dois outros projetos tratando do mesmo assunto, apresentados pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e pelo então senador Djalma Falcão. O relator propõe a proibição da venda de armas e munições com algumas exceções.

A CCJ também examina no dia 7 substitutivo apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) a cin-

co projetos que propõem restrições ao uso e à propaganda de cigarros, bebidas alcoólicas, medicamentos e terapias e defensivos agrícolas, apresentados por Eduardo Suplicy (PT-SP), Emilia Fernandes (PDT-RS), Marina Silva (PT-AC), Roberto Requião (PMDB-PR) e Carlos Patrocínio (PFL-TO). Outra matéria a ser apreciada pela CCJ é a proposta de emenda constitucional (PEC) permitindo que os municípios constituam guardas municipais. Apresentada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a PEC obteve parecer favorável do senador Iris Rezende (PMDB-GO).

Está também incluído na pauta o parecer do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) às duas emendas de Plenário apresentadas à PEC de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que amplia, de 65 para 70 anos, o limite máximo de idade para nomeação de magistrados e ministros dos tribunais superiores e de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos e dos magistrados. Suassuna propõe a aprovação da emenda de nº 2, que aumenta para 35 anos a idade mínima exigida para a nomeação dos juizes dos Tribunais Regionais Federais.

Amanhã, comissão decide sobre pisos diferenciados

Em sessão extraordinária convocada para amanhã à tarde, após a Ordem do Dia, a CCJ aprecia projeto de lei complementar da Câmara que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituírem pisos salariais diferenciados. Tramitando em regime de urgência, a proposta já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator da matéria na CCJ é o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que tem voto pela sua aprovação.

A nova regra não revoga a política de fixação de um salário mínimo nacional, mas permite que os estados estabeleçam pisos próprios, válidos para trabalhadores da iniciativa privada, servidores públicos estaduais sem piso fixado em lei federal, convenção ou acordo coletivo e empregados domésticos. Os servidores públicos municipais, por sua vez, deverão ter sua remuneração regida pelo piso nacional ou por aquele definido pelo



José Agripino preside amanhã a reunião da Comissão de Justiça

Executivo local.

Os pisos salariais diferenciados só não poderão ser fixados no segundo semestre do ano em que houver eleições para governador e deputados estaduais e distritais.

Dois outros projetos de lei da Câmara constam da pauta da reunião extraordinária convocada pelo presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN). Um deles, que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), também está sendo apreciado pela CAS (*veja matéria acima*). O relator designado pelas duas comissões, senador Sérgio Machado, tem voto favorável à aprovação do substitutivo aprovado pela Câmara.

O terceiro projeto incluído na pauta, também de autoria do Executivo e já aprovado na Câmara, estabelece normas sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras e tem como relator o senador Francélio Pereira (PFL-MG).

Projeto de Lauro extingue o fator previdenciário na aposentadoria

A proposta, que está na Comissão de Assuntos Sociais, restaura a legislação modificada no ano passado. Para o senador, a fórmula atual para calcular o benefício “é das mais perversas”

Já está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o projeto de lei do senador Lauro Campos (PT-DF) que extingue o fator previdenciário, aprovado pelo Congresso em novembro de 1999. Para o senador, o resultado da fórmula proposta por técnicos do governo federal “é dos mais perversos”, pois reduz o valor do benefício quanto mais jovem for o segurado na data de sua aposentadoria.

O projeto do senador petista restaura o texto original do artigo 29 da Lei nº 8.213, de julho de 1991, modificado ano passado por proposta do governo federal que adota fórmula de cálculo limitadora dos benefícios de quem se aposenta. Lauro Campos pretende que, para o cálculo do benefício, seja adotada a média aritmé-



Lauro Campos critica o cálculo atual, que leva em conta tempo de contribuição, idade e expectativa de sobrevivência

tica simples dos últimos salários do segurado, “até o máximo de 36 meses, apurados em período não superior a 48 meses”.

As regras em vigor desde novembro submetem o cálculo do valor do benefício a uma conjugação dos seguintes critérios: tempo de con-

tribuição, idade na data da aposentadoria e expectativa de sobrevivência na data da aposentadoria.

— Não podemos impor ao trabalhador mais esse ônus representado pelo fator previdenciário, que tem um grande efeito redutor no benefício. Não podemos reduzir os

direitos dos trabalhadores para fazer ajustes financeiros na Previdência, quando sabemos que eles vêm arcando há muito com os erros da administração — avaliou Lauro Campos.

O senador mostrou exemplos de como os benefícios foram reduzidos com a nova regra. Segundo ele, um trabalhador com 51 anos e 35 anos de contribuição, pelas regras anteriores, faria jus a um benefício de R\$ 1 mil. Hoje, esse valor não passa de R\$ 730. Para as mulheres, a nova regra diminui ainda mais os vencimentos. A seguradora com 46 anos de idade, 30 de contribuição e que antes receberia R\$ 1 mil hoje terá direito a apenas R\$ 605. Se quiser receber o mesmo valor a que faria jus antes de novembro de 1999, ela terá que trabalhar mais oito anos.



Agnelo: projeto garante que o BNDES destine mais dinheiro para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste

BNDES pode destinar mais recursos para regiões pobres

O senador Agnelo Alves (PMDB-RN) apresentou projeto de lei que prevê um volume maior de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para atividades econômicas das regiões mais pobres do país. Agnelo pretende que o dinheiro oferecido pela instituição ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste tenha juros iguais aos dos fundos constitucionais. O projeto está sendo examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa.

Como o BNDES utiliza recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em seus financiamentos, o projeto prevê que a União cobriria a diferença de retorno das aplicações realizadas sob as novas condições. A intenção é preservar a rentabilidade do FAT. Agnelo Alves acredita que, se os recursos do BNDES e dos fundos constitucionais se destinam às mesmas áreas reconhecidamente carentes, não faz sentido que as condições para o recebimento dos recursos sejam tão diferentes. Os fundos constitucionais têm juros com faixas diferenciadas de acordo com prioridades, natureza do empreendimento e finalidade dos financiamentos.

Na justificativa, o senador explica que em 1995 essas regiões recebiam 27% dos recursos totais do banco. Nos quatro anos seguintes, esse valor decresceu para 20%. O BNDES afirma que a participação menor se deve à pequena demanda por financiamentos por empresários dessas regiões.

— Considerando que as condições atuais dos financiamentos do BNDES não se mostram atraentes à iniciativa privada do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cabe torná-las mais adequadas — disse o senador. Ele destacou também que os recursos dos fundos constitucionais privilegiam apenas os pequenos e microprodutores.

Proposta que altera FPE terá relatório nos próximos dias

O projeto de lei complementar do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que altera o cálculo do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) terá relatório apresentado pelo senador Agnelo Alves (PMDB-RN) nos próximos dias. A proposta, que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mantém a determinação de que 85% dos recursos do fundo sejam distribuídos para as unidades da Federação situadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cabendo os 15% restantes aos estados das regiões Sul e Sudeste.

Osmar Dias propõe mudar a distribuição em cada região. De acordo com a proposta, cada estado receberia um percentual proporcional à sua população até o limite de 40% dos recursos destinados à região. Outros 50% da cota de cada

região seriam distribuídos entre os estados de forma proporcional à renda *per capita* de cada um.

Os 10% restantes seriam destinados à reserva do FPE, a ser distribuída aos estados de forma igualitária, desde que cumpram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Pela redação atual da lei, o dinheiro é distribuído com base no censo de 1990.

A proposta do representante do Paraná no Senado muda também a responsabilidade sobre os cálculos de distribuição. Atualmente a divisão dos recursos é calculada pela União, através do Ministério da Fazenda e do Tribunal de Contas da União (TCU). Osmar Dias propõe que essa atividade seja exercida pelo TCU, a partir de informações prestadas pelo Ministério da Fazenda.



Mozarildo quer modificar a lei atual para beneficiar pessoas acima de 60 anos

Acesso gratuito para idoso a evento cultural será examinado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina quarta-feira, em caráter terminativo, projeto de lei que assegura ao idoso gratuitamente o acesso a eventos culturais, desportivos e recreativos. De autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), a proposta complementa dispositivos da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, beneficiando pessoas com mais de 65 anos.

De acordo com a legislação a ser alterada, é considerado idoso quem tiver idade superior a 60 anos, e é garantido a ele apenas o acesso a locais e eventos culturais com ingressos a preços reduzidos. Mozarildo Cavalcanti justifica a oportunidade de sua proposta ao ressaltar que a lei em vigor, que trata da política nacional do idoso, trata apenas de aspectos genéricos referentes ao tema.

Com a aprovação do projeto de lei, o Brasil proporcionará melhor qualidade de vida ao idoso, avalia Mozarildo, pois estará oferecendo a ele a oportunidade de desfrutar momentos de entretenimento e irá amenizar o atual quadro que lhe é imposto pela sociedade. Na sua opinião, a concessão de gratuidade em eventos culturais, desportivos e recreativos vai garantir ao idoso uma efetiva reintegração ao meio social.



Conforme projeto do senador Osmar Dias, deve ser alterada a distribuição do FPE em cada região

Lobão aponta causas do aumento da violência

Para o senador, impunidade, desemprego e carências educacionais são os principais responsáveis pelo crescimento da criminalidade, problema que seria agravado pelas deficiências do sistema penitenciário existente no país

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que a impunidade, o desemprego e a carência educacional são responsáveis pelo aumento da violência no país. Na avaliação dele, o percentual de apuração dos chamados crimes de ação pública é muito pequeno, "o que encoraja a repetição dos assaltos, roubos e assassinatos". Lobão criticou também o sistema penitenciário brasileiro.

— Nosso sistema penitenciário ainda não encontrou as condições

para a realização da utopia da reeducação de criminosos. Nem mesmo em relação aos infratores menores de idade, que seriam uma esperança para a reeducação — argumentou o parlamentar.

As prisões brasileiras, na opinião de Lobão, não contribuem para reeducar e reintegrar criminosos na sociedade. "Ao contrário, os autores de crimes, menores ou maiores, são espremidos em instituições ou celas de cadeias comuns nas quais

têm o aprendizado ou aprimoramento das práticas ilícitas, além do ódio vingativo que os envolve contra a sociedade que os pune através de processos desumanos."

Ele lembrou que o aumento da violência vem ocorrendo também contra as autoridades e os bens públicos, e criticou a oposição da imprensa às ações policiais que se propõem a impedir as manifestações violentas e predatórias.

— Como se pretendesse que poli-

ciais, ao enfrentarem turbas de vândalos, recuassem e fugissem ao sinal da primeira pedra agressiva. Difícil admitir que um policial vá impedir com cavalheirismo o vândalo que atira pedras nas vitrines de lojas para em seguida saqueá-las — afirmou o senador.

Edison Lobão manifestou esperança de que sejam efetivados os estudos de combate à violência que vêm sendo desenvolvidos pelo governo federal.



O senador Edison Lobão defendeu a ação policial em casos recentes de depredação de bens públicos

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate*: Sen. Pedro Simon e o jornalista Carlos Chagas falam dos 50 anos da televisão no Brasil
7h30 — *Entrevista*: Sen. Moreira Mendes fala sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública
8h — *Cores do Brasil*: Turismo em Santarém
8h30 — *TV Escola* — Direitos humanos: violência que rola
9h — *Entrevista*: Sen. Tião Viana fala sobre a malária
9h30 — *Redescoberto*: Humberto Mauro
9h45 — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (reapresentação)
12h30 — *Revista Brasília*
13h30 — *Debate*: Sen. Pedro Simon e o jornalista Carlos Chagas falam dos 50 anos da televisão no Brasil
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h30 — *Entrevista*: Sen. Tião Viana fala sobre a malária
19h30 — *Debate*: Sen. Pedro Simon e o jornalista Carlos Chagas falam dos 50 anos da televisão no Brasil

20h30 — *Entrevista*: Sen. Moreira Mendes fala sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*. Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo). Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*. Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste. Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste. Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise). Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Carlos Patrocínio cobra mais investimentos no setor turístico

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) pediu ontem a continuidade do Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo (Prodetur), que financia a implantação de infra-estrutura turística em locais onde há possibilidade de investimento privado.

Patrocínio lembrou que o turismo interno, entre 1994 e 1998, gerou uma receita líquida de pouco mais de US\$ 5 bilhões, contra os mais de US\$ 21 bilhões gastos por brasileiros no exterior no mesmo período.

De acordo com Carlos Patrocínio, os recursos para implantar o Prodetur virão do Banco Mundi-

al, da União, de estados, do Banco do Nordeste e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e serão aplicadas inicialmente no Nordeste, "podendo posteriormente se estender a outras regiões do país", completou.

Outra medida defendida pelo senador é a revitalização do Fundo Geral de Turismo (Fungetur), para que os efeitos multiplicadores do turismo possam beneficiar as regiões Norte e Centro-Oeste. Ele acrescentou que, além da necessidade de investimentos no setor turístico, outros aspectos, como a diminuição da violência

no país, a modernização dos portos, aeroportos, ferrovias e do transporte marítimo e fluvial, devem fazer parte do conjunto de medidas para o desenvolvimento equilibrado do turismo no Brasil.

— O turismo precisa ser encarado como atividade prioritária, em que o governo e iniciativa privada trabalhem de forma integrada e colaborativa, com o setor público adotando políticas mais arrojadas em relação ao turismo, melhorando a infra-estrutura turística, tendo em vista o aumento do fluxo de turistas nacionais e estrangeiros — disse o senador Carlos Patrocínio.

Fapesp põe o Brasil na era da bioinformática

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) anunciou que pesquisadores da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) concluíram o seqüenciamento genético (DNA) da bactéria *Xylella fastidiosa*, causadora da doença Clorose Variegada dos Citros (CVC). Identificada em 1987, a bactéria é conhecida vulgarmente como *amarelhinho* e ataca principalmente as plantações de laranja.

Segundo Patrocínio, que é médico, a descoberta dos genes da bactéria projeta o Brasil na liderança internacional na pesquisa de organismos causadores de doenças em plantas. Esse é o primeiro e, por enquanto, único trabalho de seqüenciamento do código genético de uma bactéria responsável por praga agrícola, disse. Ele lembrou que antes desse trabalho nenhuma descoberta sobre o assunto tinha sido feita fora dos Estados Unidos, da Europa ou do Japão.



Pesquisa, diz Patrocínio, põe o país na liderança mundial na pesquisa de doenças em plantas

A concretização do projeto, afirmou o senador, só foi possível porque a Fapesp organizou um instituto virtual de pesquisa, a Organização para Seqüenciamento e Análise de Nucleotídios, cuja sigla em inglês é Onsa. Patrocínio disse que a Onsa é composta por mais de 50 laboratórios espalhados pelo mundo, capazes de produzir o equivalente a 20 mil obras completas de Shakes-

peare por dia. "O Projeto Genoma da Fapesp implantou a bioinformática no país", afirmou.

Outro aspecto destacado pelo senador é o desenvolvimento de um novo método de seqüenciamento genético, batizado de "método Orestes". Conforme Patrocínio, graças a essa descoberta, foi possível, em apenas um mês, identificar mais de uma centena de novos genes do cromossomo humano 22. O senador afirmou que a comunidade científica internacional pretende implantar a técnica para acelerar o Projeto Genoma Humano Internacional. O projeto, encabeçado e financiado pelos Estados Unidos, tem a tarefa de mapear todos os genes da espécie humana.

Os resultados da pesquisa da Fapesp, segundo o senador, serão publicados na revista *Nature*, uma das mais respeitadas do mundo acadêmico. A patente sobre o DNA da bactéria também já foi requerida.

Pacote agrícola alivia pequeno produtor, diz Sérgio Machado

Líder do PSDB elogia medidas anunciadas recentemente pelo governo em apoio à reforma agrária e à agricultura familiar

O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), elogiou o pacote agrícola recentemente divulgado pelo governo, argumentando que os R\$ 7,8 bilhões destinados à reforma agrária e à agricultura familiar “vão modificar a dura realidade do pequeno proprietário rural” e lhe dar condições de comprar sementes, fertilizantes e equipamentos, evitando o êxodo rural.

Segundo Sérgio Machado, a substituição da taxa de juros de longo prazo (TJLP), de 12% ao ano, pelo mecanismo equivalência-produto, mais juros fixos de 3% ao ano, representará um desafio para os pequenos proprietários, que vinham sendo asfixiados pelos juros altos e pela queda



Segundo Sérgio Machado, o governo continua a favor do diálogo com o MST, exceto quando ocorre radicalização

do valor de seus produtos no mercado. O novo crédito fundiário destinará R\$ 160 milhões para aquisição de terras em 2000 e mais R\$ 720 milhões nos próximos três anos – créditos que também po-

derão ser utilizados para infraestrutura e assistência técnica.

Machado disse que o governo continua sendo a favor da reforma agrária e do diálogo com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) – exceto quando o movimento radicaliza sua ação em episódios de invasão de prédios públicos. “O governo não pode vacilar quando a manutenção da ordem pública é posta em jogo por militantes extremados que ignoram o estado de direito e cometem atos ilegais”, salientou.

Para Machado, a reforma agrária está avançando como um instrumento de desenvolvimento econômico e social. “Os investimentos na reforma são vetores primordiais para promover distribuição de renda mais igualitária, fixar o homem no campo, impulsionar a produção agrícola, gerar mais riqueza e, acima de tudo, promover a justiça social”, observou.

Mauro: livre da aftosa, pecuária do Centro-Oeste tem tudo para crescer

A decisão tomada em Paris pela Organização Internacional de Epizootias, que considerou o Circuito Pecuário Centro-Oeste como área livre de febre aftosa, foi comemorada pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO). O circuito é formado pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e pelo Distrito Federal. Segundo o senador, esse certificado tem um significado especial para Goiás, que possui o maior rebanho bovino em condições de exportação do país.

– Finalmente, a carne produzida pelos pecuaristas goianos está livre de todas as restrições impostas pelos países importadores – salientou.

Com essa conquista, disse Mauro, o Brasil vai aumentar o volume de exportações deste ano para 650 mil toneladas, contra 550 mil no ano passado. Mas, acrescentou, esses números ainda são pequenos para um país que possui o maior rebanho do mundo em volume comercializável, com 160 milhões de cabeças.

– Demanda pela carne brasileira



Mauro pede manutenção da vigilância sanitária e um programa de recuperação de pastagens

é o que não vai faltar, se as autoridades federais mantiverem os sistemas de fiscalização e vigilância sanitária que tornaram possível a recuperação dos mercados importadores, e se também apoiarem um bom programa regional de recuperação de pastagens – afirmou.

Mauro alertou que o Congresso brasileiro precisa ficar ao lado do ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, para impedir que sejam feitos cortes de recursos destinados à proteção da pecuária nacional. Segundo ele, a região Centro-Oeste, que detém 40% do rebanho brasileiro, tem potencial para aumentar os seus espaços e “estabelecer novos patamares de

desenvolvimento apoiados na atividade pecuária”.

As novas realidades previstas para a pecuária do Brasil poderão contribuir para a redução do desemprego, comentou Mauro. Mas, para isso, explicou, além de manter a qualidade da carne, aumentar as fronteiras das pastagens e promover políticas eficientes de conquista do mercado externo, o país precisa de políticas compensatórias. O senador citou como exemplo desse tipo de medida a redução de juros, a criação de um amplo programa de moradias na área rural e o oferecimento mais farto de crédito para os pequenos agricultores.



Para Alcântara, desenvolvimento da agropecuária tem contribuição decisiva da Embrapa

Lúcio Alcântara destaca pesquisas da Embrapa sobre cultivo do algodão

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou a atuação da Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa) na pesquisa sobre o cultivo do algodão. Ele ressaltou que as atividades realizadas pela Embrapa Algodão têm sido de fundamental importância para o setor agrícola do Nordeste.

– A agropecuária brasileira, em seu conjunto, não se encontraria no atual patamar de desenvolvimento não fosse a decisiva contribuição da Embrapa para seu aperfeiçoamento permanente – afirmou.

A Embrapa Algodão, que comemorou seu 25º aniversário em abril passado, vem, na avaliação do senador, contribuindo para o aumento da produtividade do setor, através da criação de variedades aperfeiçoadas do algodão arbóreo, tradicional no Nordeste, e herbáceo, cultivado no Centro-Sul. A empresa realiza pesquisas e desenvolve tecnologias também para o cultivo

de amendoim, gergelim e mamona.

O perfil da Embrapa Algodão se define pelo trabalho com produtos compatíveis com o clima semi-árido. Na segunda metade da década de 80, o alastramento de pragas que prejudicavam a produção do algodão levou a empresa a desenvolver estratégias de tecnologia e convivência com pragas e busca de cultivos menos suscetíveis ao ataque de insetos.

Lúcio Alcântara frisou, porém, que os esforços da empresa não têm sido suficientes para suprir as necessidades do mercado interno. Ele lembrou que o país passou de grande exportador para um dos maiores importadores de algodão nos últimos anos.

– Devemos tentar uma maior conjugação de esforços dos governos, seja em nível estadual ou federal, para que uma atividade de tanta relevância econômica e social possa desenvolver plenamente sua potencialidade – observou.

Projeto de Mozarildo reserva vaga para índio em concursos públicos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá apreciar em breve projeto de lei do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que assegura ao trabalhador indígena o direito de se inscrever em concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos. O projeto altera o Estatuto do Índio e garante ao candidato indígena o direito a uma reserva de 5% das vagas em disputa, desde que aprovado.

– O índio brasileiro vem passando, no decorrer dos anos, por um

processo de aculturação cada vez mais presente, mas raros são os casos em que ocupa uma posição de destaque na sociedade, principalmente no que diz respeito ao acesso a cargos públicos – observou Mozarildo Cavalcanti.

Para o senador, caso o projeto venha a ser aprovado, o país estará dando um importante passo na melhoria das condições de trabalho do índio, que, a seu ver, nesse aspecto, vem sendo sistematicamente discriminado pela Fundação Nacional do Índio (Funai).